

Estabilização e reformas

JORNAL DA TARDE

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

13 JAN 1995

O Plano Real foi criado com o objetivo principal de eliminar, ou pelo menos reduzir a inflação inercial. Com relativo sucesso, vem cumprindo seu objetivo. No entanto, estabilizar de forma duradoura a economia brasileira carece de uma série de reformas estruturais para dar sustentação ao processo. Mais do que isso, é preciso compatibilizar os ajustes de curto prazo com uma visão estratégica de desenvolvimento de longo prazo — uma estratégia de desenvolvimento.

É ilusório imaginar-se que é possível manter o crescimento nos próximos anos, sem resolver as questões fundamentais para a estabilização, como as reformas estruturais envolvendo as áreas fiscal-tributária, previdência e sistema financeiro.

A estrutura tributária atual não ajuda o setor produtivo. Excessivamente concentrada na produção, trabalho e investimentos, ela é injusta, complexa e ineficiente (pelo nível de evasão). Uma reforma tributária não é só necessária, como um dos componentes para o equilíbrio das contas públicas, mas um elemento indispensável para garantir a ampliação do mercado interno e a inserção competitiva da economia brasileira no cenário internacional.

No âmbito financeiro, é preciso criar as condições e vencer o paradoxo de termos cerca de R\$ 150 bilhões girando no mercado financeiro (o M4), mas quase tu-

do no curto prazo e sem vínculo com a produção. A ciranda financeira proporciona lucro certo e praticamente sem risco para o aplicador. Em contrapartida tornam quase que proibitivos os investimentos na produção, dada a elevação do custo de oportunidade.

As decisões de investimento produtivo são dificultadas pela instabilidade do cenário. A infla-

Adicionalmente, houve a antecipação da redução das alíquotas de importação, o que aumentou o efeito do barateamento dos produtos importados.

A abertura da economia é algo saudável e benéfico para a economia, desde que articulada com um objetivo estratégico de política industrial. Bem coordenada, aumenta a competitividade, forçando os produtores lo-

sa não é uma condição suficiente para a retomada dos investimentos, mas é, sem dúvida, uma condição necessária imprescindível.

No tocante aos juros, a criação da TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo) vai corretamente nessa direção. Embora ainda faltem definições sobre os recursos e a plausibilidade do sistema, a decisão é boa. É preciso desatrelar o custo de oportunidade para investimentos produtivos de longo prazo — que requerem tempo de maturação e envolvem riscos consideráveis — das taxas de juros de curto prazo, mais suscetíveis às questões conjunturais.

O adiamento das reformas e definições importantes de política econômica representa a perda de oportunidades, muitas vezes raras. A continuidade destes problemas significa a exportação de empregos, a retração dos investimentos e, em última instância, o adiamento da distribuição da renda e da melhoria do padrão de vida dos brasileiros. Sem uma estratégia de desenvolvimento clara e objetiva permaneceremos presas do curto prazo e dos casuismos.

O PIOR CENÁRIO PARA QUEM INVESTE NA PRODUÇÃO É A INDEFINIÇÃO OU VOLATILIDADE DAS REGRAS DO JOGO

ção caiu, mas importantes variáveis como a taxa de câmbio e os juros, por exemplo, são excessivamente voláteis para quem tem que tomar uma decisão de investir.

Uma taxa de câmbio sujeita aos movimentos financeiros de entrada e saída de capitais pode equilibrar o balanço de pagamentos e ser favorável para o combate à inflação no curto prazo, mas é péssima para a produção. Desde 1º de julho passado o real valorizou-se cerca de 20% nominal em relação ao dólar. Em função disso, as importações ficaram mais baratas e os exportadores estão perdendo receita em reais para o mesmo dólar exportado (o que é agravado pela elevação do custo de produção).

cais à busca da produtividade e fomenta a inovação tecnológica.

No entanto, usar a redução brusca de alíquotas com objetivos de curto prazo é uma medida prejudicial para o mercado, na medida em que representa uma ruptura numa das variáveis chave de decisão. Quem investe na produção local precisa conhecer as regras para a tomada de decisões, como os juros e o câmbio; além, evidentemente, da tarifa de importação de produtos similares.

O pior cenário para quem investe na produção é a indefinição ou volatilidade das regras do jogo. É papel do governo, por meio de sua equipe econômica sinalizar, minimamente, a definição dessas variáveis básicas. Es-

O AUTOR

Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é professor da PUC-SP e presidente do Corecon-SP

